



**Proposta de criação de um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP)
Universidade de São Paulo (USP)**

**“Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas para a Metrópole
Contemporânea: Cidades para todos e para cada um – a experiência de São
Paulo a partir de 2013”**

Docente proponente e unidade:

Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira - FAUUSP / LabHab | CV
Lattes <http://lattes.cnpq.br/0443560420428149>

Relação de integrantes, e link para os CVs Lattes atualizados;

Docentes e pesquisadores USP:

Prof. Dr. Fernando Haddad - FFLCH | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/3158797418399228>

Profa. Dra. Ana Estela Haddad – FO | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/5132173662388670>

Prof. Dr. Eduardo César Marques - FFLCH / Cem | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/7430030311775522>

Prof. Dr. Nabil Bonduki - FAU - LabHab | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/7064473405574044>

Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves – FAU | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/7510626259603659>

Profa. Dra. Luciana Royer - FAU - LabHab | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/6798067191447199>

Profa. Dra. Leda Paulani – FEA | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/8060340964685263>

Profa. Dra. Renata Bichir - EACH | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/461845897718710>

Prof. Dr. Marco Akerman – Faculdade de Saúde Pública | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/9206528078547920>

Prof. Dr. Luis Fernando Massonetto - Faculdade de Direito | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/0969838199511588>

Profa. Dra. Maria Paula Dallari Bucci - Faculdade de Direito | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/5277262878389044>

Prof. Dr. Eugenio Bucci – Escola de Comunicação e Artes | CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/3091927508362382>

Parcerias Institucionais de Pesquisa

- “École Urbaine da Sciences Po, Paris.

- Fiocruz (Diretoria Regional de Brasília)

1) PLANO DE TRABALHO:

A. OBJETIVO DO NÚCLEO:

O “**Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) em Políticas Públicas para a Metrópole Contemporânea: Cidades para todos e para cada um – a experiência de São Paulo a partir de 2013**” tem por objetivo investigar como a implementação de políticas públicas multisetoriais e integradas, a partir da revisão do marco regulatório da cidade em vários setores - urbanístico, habitacional, de mobilidade, de saúde, educação, cultural - realizada no Município de São Paulo entre 2013-2016, dialogam com os problemas urbanos enfrentados pela população da cidade e de toda a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O NAP proposto objetiva documentar, sistematizar e catalogar as informações sobre a implementação dessas políticas, ocorridas entre 2013 e 2016 no Município de São Paulo, com vistas a avaliar seus resultados, acompanhar sua efetividade no tempo, e investigar seus desdobramentos potenciais. A particularidade dessas políticas e seu marco regulatório foi a de constituir uma **nova agenda urbana**, focada em alguns eixos de atuação:

1. A apropriação da cidade por todas e todos de forma menos excludente e mais democrática, na escala das pessoas, permitindo a recuperação do sentido da “esfera pública”, com a implementação de políticas vinculadas ao território e suas diferentes especificidades, de forma democrática, com melhor difusão para regiões tradicionalmente menos favorecidas.
2. A efetivação desse objetivo graças à realização de reformas estruturais, baseadas em três linhas de ação: a) uma visão urbanística global da cidade amparada na formulação de um Plano Diretor Estratégico, autoaplicável, oferecendo instrumentos para uma regulação democrática do funcionamento da cidade; b) a recuperação e saneamento das finanças para gerar reais condições de governabilidade e garantir a autonomia financeira para a realização da governança; c) o resgate da máquina pública e suas condições de transparência, ética e governabilidade. Tais reformas estruturais servem como base para uma governança focada na recuperação da esfera pública, na regulação pública da esfera privada, permitindo a apropriação democrática da cidade com sustentabilidade, com modelos de gestão que aprimorem os resultados financeiros e a capacidade de investimentos, ao mesmo tempo que implementem real transparência e acesso à informação.
3. A revisão do paradigma de mobilidade, priorizando o transporte público de massa e meios alternativos não-poluente, que associada à revisão dos eixos de adensamento e dinamização econômica pelo Plano Diretor Estratégico, permite a quebra da

pendularidade que desequilibra a metrópole nas suas lógicas de deslocamento populacional diário.

4. A formulação de políticas setoriais a partir das reformas estruturais acima citadas, com planos integradores e includentes, alavancando solidariedade urbana e a utilização da cidade – em especial de seus espaços públicos – como um lugar de cidadania e de tolerância, ampliando a oferta de equipamentos e serviços na cidade, nas áreas da educação, da saúde pública, do meio ambiente, da habitação, da cultura, do lazer, de maneira democrática e com prioridade para os grupos sociais menos favorecidos.

A partir da análise das políticas implementadas no âmbito desses eixos, busca-se responder: (i) qual o real impacto dessas políticas públicas para mitigar a segregação sócio-espacial e os processos de valorização e expulsão (gentrificação) na metrópole; (ii) em que medida essas políticas públicas têm contribuído para o desenvolvimento de espaços públicos de qualidade e para produzir estoque habitacional acessível para diferentes faixas de renda em toda a cidade; (iii) como essas políticas públicas têm impactado os desequilíbrios existentes entre o centro e a periferia (equalizar a infraestrutura instalada, equilibrar a relação emprego-habitante, democratizar a mobilidade urbana, entre outros); (iv) como se dá a alocação dos recursos públicos e privados na metrópole, e em que medida eles interferem na qualidade dos serviços públicos prestados para os diferentes grupos sociais no espaço geográfico; (v) em que medida o conjunto de ações de gestão acima elencados é capaz de gerar uma agenda urbana inovadora, despertando nos moradores da metrópole uma nova apreensão da cidade, de suas escalas de aproveitamento, da qualidade de seus espaços e de seus serviços, gerando um sentimento de pertencimento e cuidado para com o espaço urbano, em especial os espaços públicos.

Outra preocupação deste NAP é a análise das potencialidades dessas políticas em médio e longo prazo. Quais os efeitos, do ponto de vista estatístico mas também qualitativo, por exemplo, de uma política constante de redução de velocidade do transporte motorizado (caso tivesse continuidade), ou da priorização do transporte público? Ou de políticas de fechamento e uso para lazer de grandes eixos viários da cidade, em associação com políticas culturais? Quais os efeitos estatísticos nos dados de segurança urbana, em especial para as mulheres, em decorrência da iluminação por LED dos bairros precários de periferia, ou da parada autorizada de ônibus fora dos pontos? Quais os resultados, em termos de saúde pública, da política de incentivo à agricultura familiar e de segurança alimentar? E do olhar especial para a criança e a cidade ? Etc.

As respostas a tais indagações ensejam uma pesquisa constante, na forma de um **observatório virtual da metrópole**, que atuará no monitoramento e avaliação das políticas públicas de gestão do município, tendo como referência a revisão normativa urbanística mencionada, analisando as transformações urbanas na cidade de São Paulo e sua relação com as cidades da RMSP, além de examinar e acompanhar a interface entre o público, o privado e a sociedade civil organizada no desenvolvimento do tecido social urbano e na produção de habitação de interesse social e de empreendimentos privados.

Por fim, outro objetivo do NAP **“Núcleo de Apoio à Pesquisa em Políticas Públicas para a Metrópole Contemporânea: Cidades para todos e para cada um – a experiência de São Paulo a partir de 2013”** é investigar os modelos de governança existentes na RMSP, analisando as relações entre os diversos atores, no que tange o funcionamento das cidades e da produção de suas políticas públicas por meio dos seus instrumentos operacionais (obras, serviços públicos, concessões, licitações, ritos participativos,

etc.), compreendendo como o desenvolvimento das políticas públicas é afetado por essa rede sistêmica de atores e estruturas de governança num contexto metropolitano.

B. JUSTIFICATIVA DO NÚCLEO:

A proposta de atuação do NAP “**Núcleo de Apoio à Pesquisa em Políticas públicas para a metrópole contemporânea: cidades para todos e para cada um – a experiência de São Paulo a partir de 2013**” justifica-se diante da experiência de gestão de vários docentes-pesquisadores da USP no Município de São Paulo, a começar pelo próprio Prefeito entre 2013 e 2016, Prof. Dr. Fernando Haddad.

Tal experiência fomentou a elaboração e aplicação de uma nova agenda urbana na cidade, cuja escala e complexidade institucional enseja um aprofundamento de estudos sobre sua efetividade, considerando aspectos inovadores como a integração entre políticas e ações setoriais, entre as escalas municipal e metropolitana, entre níveis de governo.

A gestão municipal do período 2013-2016 promoveu políticas inovadoras, largamente reconhecidas em diversas citações, rankeamentos e premiações internacionais¹. É tradição na Universidade de São Paulo o estudo e sistematização de experiências de gestão urbana, e o núcleo proposto visa analisar e promover a produção de conhecimento científico especificamente a partir da agenda urbana proposta naquela gestão.

Uma melhor compreensão do impacto das políticas públicas e da normativa jurídica desenvolvida no período 2013-2016, é de fundamental importância na avaliação de seus efeitos e a prospecção sobre seus desdobramentos e possibilidades de desenvolvimento no futuro, visando contribuir de forma propositiva para a reflexão sobre o urbano no Brasil e sobre os impasses e perspectivas da gestão das cidades e da metrópole.

O NAP “**Núcleo de Apoio à Pesquisa em Políticas Públicas para a Metrópole Contemporânea: Cidades para todos e para cada um – a experiência de São Paulo a partir de 2013**”, tem portanto por objetivo organizar um repositório dinâmico de informações sobre o período indicado, que compreenda o período de formulação, negociação e implementação das políticas públicas constituidoras da nova agenda urbana da cidade, de forma a estabelecer uma plataforma de pesquisa qualificada, contemporânea e de alto impacto social na área de políticas públicas.

Para tanto, desenvolverá seus trabalhos orientado pelos seguintes objetivos específicos:

- Organizar, sistematizar e relacionar as informações geradas neste período;
- Refletir sobre os modelos e resultados das políticas, projetos e ações implementadas neste período;
- Resguardar, documentar e alavancar a continuidade reflexiva das discussões geradas em torno do novo Plano Diretor Estratégico (PDE);

¹ [Desafio Mayors Challenge da Bloomberg Philanthropies 2016](#) e Iniciativa Bloomberg para Segurança Rodoviária Global 2015, Prêmio Rainha Letizia de Acessibilidade Universal de Municípios Latinoamericanos 2015, Sustainable Transport Award 2015 do Institute for Transportation and Development Policy (ITDP), Prêmio C40 de Cidades e Publicação Cities100, Hora do Planeta 2015, ArchDaily e Prêmio Urbanidades da APCA.

- Impulsionar pesquisas qualificadas de pós-graduação (incluindo pós Doutorados) sobre os grandes temas que compõem a agenda urbana deste período na cidade de São Paulo;
- Implementar curso de Mestrado e Doutorado Profissionais na área da gestão pública e da governança urbana.

2) PROJETOS DE PESQUISA:

A. DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DADOS PARA A SISTEMATIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA GOVERNANÇA NA METRÓPOLE

Trata-se da sistematização de farto material oriundo da gestão municipal 2013-2016, em todas as áreas abordadas pelo NAP, que necessitam de devida sistematização, catalogação e disponibilização para servir de subsídio às pesquisas propostas e para tornarem-se acessíveis ao público em geral, permitindo seu uso na avaliação e monitoramento das políticas públicas em curso a partir da análise comparativa com os dados disponibilizados.

B. OBSERVATÓRIO URBANO & HABITACIONAL DA METRÓPOLE:

i) Monitoramento e Avaliação do Novo Marco Regulatório Urbanístico: com a revisão do marco regulatório urbanístico e habitacional no período 2013-2016 (PDE, LPUOS, Código de Obras, Planos Regionais, PMH, etc.), associado à introdução de novos instrumentos urbanos e de mudanças de paradigma nas políticas públicas na cidade de São Paulo, é de fundamental importância compreender quais serão as externalidades – positivas, negativas e não previstas – que serão produzidas na região metropolitana e na vida cotidiana dos seus habitantes, a partir dos efeitos do novo código urbanístico e da decorrente produção imobiliária privada e de investimentos públicos nos próximos anos. Uma vez que as políticas públicas implementadas nesse período tiveram como objetivo: (i) mitigar a segregação socioespacial na cidade de São Paulo; (ii) incrementar a capacidade de investimentos públicos em infraestrutura urbana e habitação de interesse social para as famílias de menor renda; (iii) atenuar os desequilíbrios existentes entre o centro e a periferia (equalizar a infraestrutura instalada, equilibrar a relação emprego-habitante, dinamizar a mobilidade urbana, entre outros), faz-se necessário entender se essas políticas públicas produzirão os efeitos esperados de mitigação dos problemas urbanos enfrentados há décadas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Cabe também investigar como a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) definida pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo, que tem a (potencial) vocação de ser o *locus* integrador da cidade com a região metropolitana, receberá os processos de transformação urbana e desenvolvimento em grande escala (OUCs, PIUs, AIUs, etc.), necessitando um acompanhamento contínuo de suas transformações e do seu potencial impacto urbano, habitacional e econômico ao longo do tempo.

ii) Monitoramento e Avaliação Do Novo Marco Regulatório Habitacional

No campo da moradia, a pesquisa aqui proposta, em parceria com o LABHAB- Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP, pretende acompanhar a produção de habitações de interesse social, como parte de uma política própria ou em associação com programas federais, e o PMH, enviado à Câmara Municipal em dezembro de 2016, e as propostas nele contidas, para entender a evolução do atendimento ao déficit habitacional e da sua correlação direta com (antigas e novas) ocupações na cidade. Trata-se de acompanhar a aplicação e os efeitos de políticas propostas no Plano, como a integração da política habitacional com os serviços sociais, a implementação de uma política massiva de locação social a partir de imóveis próprios municipais, o comportamento de instrumentos propostos como as Zonas Especiais de Interesse Social ou a Cota de Solidariedade, as políticas de urbanização de áreas precárias e as de regularização fundiária.

iii) Mudança do paradigma de MOBILIDADE: esse projeto envolve a análise do novo sistema de mobilidade proposto para a cidade no período do recorte de estudos deste NAP e suas interconexões necessárias com a região metropolitana de São Paulo: prioridade ao modal de transporte público de massa – corredores, eixos de mobilidade, etc., restrição aos carros, redução de velocidade e segurança, modais alternativos e não poluentes (sistema cicloviário), sua territorialização, os efeitos a médio prazo sobre a qualidade de vida, os índices de acidentes, etc.

c. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA SOCIAL

i) Saúde Pública: o componente de saúde do NAP tem entre os objetivos gerais avaliar e descrever o perfil de morbimortalidade da população residente no município de São Paulo, que ocorreu nos últimos 15 anos, a partir de dados registrados em sistemas de informações oficiais sobre o nascimento, o perfil de atendimento, o estado nutricional, o adoecimento por doenças e agravos de notificação compulsória e de mortalidade; realizar estudos comparativos entre as condições de vida da população do município de São Paulo com outras Unidades Federadas, de modo exploratório, descritivo e/ou analítico, visando caracterizar o impacto de políticas públicas no âmbito nacional, estadual e municipal por meio do relacionamento entre as diversas bases de dados disponíveis no Centro para Integração de Dados e Conhecimento para a Saúde – CIDACS (Fiocruz); realizar a curadoria dos dados, visando o estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional e a translação do conhecimento para a gestão pública e a sociedade. Para a consecução destes objetivos, estabeleceremos uma parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz/Ministério da Saúde), por meio de sua Diretoria Regional de Brasília, que por sua vez firmou Termo de Cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (Termo de Cooperação SMS-SP – Fiocruz Brasília nº 001/2016 publicado no Diário Oficial do município de 30/12/2016), para consulta aos seguintes bancos de dados:

- Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC);
- Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM);
- Sistema de Informações de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN);
- Sistema de Integração de Gestão da Assistência à Saúde (SIGA-Saúde).

Monitoramento e Avaliação das Visitas Domiciliares com foco no vínculo afetivo das famílias com seus bebês e no desenvolvimento infantil integral - A saúde é uma das principais dimensões da Política Municipal para o Desenvolvimento Integral na Primeira Infância (São Paulo Carinhosa). Durante a gestão em análise, foi desenvolvido um curso de formação para as visitas domiciliares com foco no empoderamento das famílias para o fortalecimento do vínculo afetivo desde o nascimento e para o desenvolvimento infantil integral. Foram capacitados 1.500 Agentes Comunitários e mais de 300 Equipes de Saúde da Família. Foram selecionados 10 territórios nas 6 macrorregiões da cidade com os piores indicadores de vulnerabilidade social, e nesse territórios, foram adotados critérios de seleção das famílias a serem visitadas (gravidez de risco, mães adolescentes, mães usuárias de drogas, entre outros). Estão recebendo a visita domiciliar da São Paulo Carinhosa aproximadamente 63.000 famílias. O material de apoio e acompanhamento da visita desenvolvido apresenta indicadores que serão monitorados e avaliados, incluindo as seguintes dimensões: nutrição, higiene, saúde, amor e segurança, brincar, prevenção de acidentes. Para cada caso é estabelecido um diagnóstico e linha de base na 1ª visita e o impacto das intervenções e das práticas parentais é avaliado a cada visita periódica. Essas informações serão objeto de análise.

Avaliação da percepção e dos efeitos do curso de formação da São Paulo Carinhosa na atuação dos Agentes Comunitários de Saúde na Atenção Básica e na visita domiciliar – serão aplicados questionários estruturados, entrevistas semiestruturadas e grupos focais com o objetivo de identificar os possíveis efeitos da formação e da implementação do Programa São Paulo Carinhosa na saúde, nas práticas e nos processos de trabalho das equipes na atenção básica.

ii) Educação Infantil: a expansão da educação infantil no município de São Paulo na gestão em análise resultou da criação de 96.000 novas vagas, sendo aproximadamente 76.000 nos Centros de Educação Infantil, isto é, para a faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Junto com a expansão, foram implementados os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, envolvendo as seguintes dimensões: planejamento e gestão educacional; participação, escuta e autoria de bebês; multiplicidade de experiências e linguagens em contextos lúdicos; interações; relações étnico-raciais e de gênero; ambientes educativos – tempos, espaços e materiais; promoção da saúde e bem-estar – experiências de ser cuidado, de cuidar de si, do outro e do mundo; formação e condições de trabalho das educadoras e dos educadores; rede de proteção sociocultural – unidade educacional, família, comunidade e cidade. Como parte do nosso plano de ação pretende-se desenvolver um estudo comparativo entre as crianças que recebem a visita domiciliar e não estão matriculadas em CEI, as que estão matriculadas e recebem a visita e um grupo controle que não recebe a visita e não está matriculado em CEI, de forma a poder aferir o possível impacto dessas políticas na qualidade de vida e no desenvolvimento infantil.

iii) Segurança Alimentar e Nutricional: A cidade de São Paulo tem fomentado e articulado iniciativas integrando setores do poder público e da sociedade civil em torno do “Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)”. A gestão pública do período 2013-2016 atuou para garantir a aprovação de um (1º) Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, (2016_ 2020),

dando providências e detalhando a implementação de uma Política Municipal Segurança Alimentar e Nutricional, (decreto nº 57.007/2016), inclusive definindo as fontes orçamentárias e as estratégias de monitoramento necessárias à sua permanente avaliação. O plano destaca, por exemplo, o papel da rede de equipamentos e do Banco de Alimentos no abastecimento da cidade; a garantia do controle social na construção e implementação das políticas públicas; a construção de alternativas solidárias de desenvolvimento, levando em conta a diversidade e as vulnerabilidades de determinados grupos sociais; a relevância de ações integradas de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas, a exemplo do Prêmio Educação Além do Prato e do Programa Na Mesma Mesa, criados na gestão para inserir transversalmente o tema da alimentação no currículo educacional e finalmente o fomento à agricultura periurbana de São Paulo. Nesse aspecto particular do Plano, merece destaque a inovação promovida pela Lei 16.140/2015, uma construção coletiva entre diversas secretarias municipais, em conjunto com o poder legislativo e segmentos representativos da sociedade civil, que preconiza a introdução gradativa de alimentos orgânicos e de base agroecológica no Programa de Alimentação Escolar do município, inspirada na estratégia bem-sucedida da gestão no atendimento à Lei Federal 11.947/2009, que estabelece meios para uma alimentação escolar baseada em alimentos da agricultura familiar.

O componente de segurança alimentar e nutricional do NAP tem o objetivo de avaliar e descrever em que medida as Políticas Públicas municipais concebidas na gestão 2013-2016, em especial as implementadas por meio do Programa de Alimentação Escolar vêm sendo capazes de : i) impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar fornecedora do Programa de Alimentação escolar municipal, em especial da agricultura periurbana de base agroecológica; ii) dinamizar os arranjos produtivos locais relacionados à produção, manipulação e comercialização de alimentos; iii) estimular a sociobiodiversidade alimentar relacionada a tais arranjos; iv) incentivar e resgatar saberes e práticas alimentares tradicionais; v) expandir a oferta de alimentos saudáveis a grupos socialmente vulneráveis e a regiões periféricas da cidade; vi) promover a educação para a afirmação de hábitos alimentares saudáveis a partir das comunidades educacionais, com envolvimento das famílias; vii) fomentar programas educativos de implantação de hortas escolares orgânicas e de base agroecológica, em consonância com a Política Municipal de Educação Ambiental.

Também constitui objetivo desse componente a construção e publicização de um "observatório da alimentação" contendo dados sistematizados relevantes para o controle social da execução das Políticas Públicas municipais relacionadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Entre outros, a ferramenta deve permitir consolidar dados georeferenciados de produção e comercialização de alimentos in natura na cidade, conhecer valores e acompanhar o status da execução de contratos públicos, comparar o perfil dos cardápios escolares nas diferentes regiões e segmentos educacionais, acompanhar a evolução da participação da agricultura familiar na constituição dos cardápios escolares e o progresso do Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar.

iv) Cultura e Comunicação: Dialogando centralmente com o Plano Diretor da Cidade, o princípio de devolver a cidade às pessoas, a Secretaria da Cultura promoveu na gestão (2013-2016) o amplo desafio de escuta e de descentralização da cultura, restaurando espaços , com eficiência

e inovação, ressignificando equipamentos culturais e promovendo intercâmbios de artistas nas várias regiões da metrópole. Campo simbólico e de expressão da identidade, a cultura dá ao cidadão o senso de pertencimento, oferece a cidadania cultural. As expressões artísticas, não raro, captam as discussões mais contemporânea ou as tornam tangíveis numa fração de tempo próximo ao presente. O plano municipal de cultural trouxe a periferia para o centro da cidade e reabriu as portas a linguagens e meios de produção cultural, como ao cinema (com o suporte da primeira agência da SPCine, que criou 21 salas na cidade) e ao circo (que sai da marginalidade e volta a triunfar em eventos no Teatro Municipal). Nos primeiros anos da gestão, o plano se estabeleceu a partir do Circuito Municipal de Cultura, que reorganizou a programação cultural, fazendo circular as atrações artísticas, integrando-o à cultura dos territórios. Os grandes eventos do calendário da cidade, como o aniversário de São Paulo e o Carnaval, foram amplificados nas diversas regiões de São Paulo e passaram a dialogar com mais públicos, de diferentes gostos e estilos musicais. A classe artística de São Paulo, com representantes da Jovem Guarda, ao heavy metal, obteve novamente o direito de sua noite de gala num teatro público, espaço ideal para dialogar com os mais diferentes públicos e também os mais presentes fãs. O Plano Municipal de Cultural garantiu a programação descentralizada em mais de 100 equipamentos culturais em todas as regiões da cidade, além das específicas para primeira infância (0 a 6 anos) e idosos. Cresceu de zero para 30% a oferta cultura de atrações para a primeira infância e incluiu a criança no calendário cultural da cidade.

D. O NOVO JORNALISMO E A POLÍTICA PÚBLICA

A gestão municipal enfrenta, no momento contemporâneo da comunicação, seja considerando-se a grande mídia e/ou as redes sociais, o desafio de se fazer traduzir, tornar-se visível, palpável, competir com diversas agendas simultâneas, e, ainda por cima, é percebida com maior temperatura e proximidade pelo seu leitor (não à toa é chamada de imprensa local o setor que cobre governo). Em tempos de novas mídias sociais, fatos, boatos ou factoides se amplificam na rede, mas também a internet abre diversos campos de diálogo direto com vários setores de forma eficiente, ágil e mobilizadora. Nesse sentido, como a gestão pública se coloca diante ao Novo Jornalismo Dentro das Redes Sociais? E como trabalha para o didatismo e prestação de contas da velha mídia, e também seus conteúdos online para os canais oficiais online? A partir dos estudos de experiências (como o governo aberto) e aplicativos (plano de metas) e instrumentos de geolocalização e fanpages oficiais de programas, e de figuras públicas pode-se apreender e estimular canais de diálogo sustentáveis? Algumas linhas gerais do que é possível trabalhar neste campo: a) Estimular a cultura de comunicação de políticas públicas para a grande imprensa, mídia especializada e estudantes de comunicação; b) Promover cursos abertos e livres a jornalistas e influenciadores de opinião sobre conceitos e boas práticas de políticas públicas; c) Promover a escuta livre da imprensa tradicional e da livre, bem como de influenciadores online; d) Realizar laboratórios e oficinas digitais que permitam ao jornalista se colocar no lugar do gestor e desenhar políticas públicas; e) Dialogar com influenciadores de mídia online, celebridades da internet por meio de games e seminários; f) Exercitar a transformação de conceitos da política pública em gráficos, desenhos animados, aplicativos.

E. GESTÃO, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA:

i) GOVERNANÇA METROPOLITANA COMPARADA: essa investigação, realizada em parceria com o CEM – Centro de Estudos da Metrópole, da FFLCH, tem o objetivo de envolver as cidades da RMSP para colaborar em um projeto utilizando uma metodologia em curso envolvendo grandes cidades no mundo (São Paulo, Paris, Milão, etc.), mapeando os padrões de governança existentes nas cidades da RMSP, entendidas como os conjuntos de atores e instituições conectados entre si que estão por detrás dos processos de produção das políticas públicas. Não se espera encontrar padrões únicos e coerentes em cada uma das cidades (nem entre elas), mas diferentes padrões em áreas de políticas operados por diferentes combinações de agências estatais dos diversos níveis governamentais, bem como por grupos (legais e ilegais) da sociedade civil. A questão tenta superar a questão clássica de "quem governa?" as cidades e investigar "quem governa o quê?" (e "como?"), assim como "quem governa o que o Estado não governa?". No caso de São Paulo, a pesquisa do CEM já publicou dois livros (um deles em inglês), além de uma série de artigos (urbanpoliticscem.wordpress.com/). No momento, está em elaboração um terceiro livro sobre políticas públicas em São Paulo cobrindo a política das políticas locais (resultados eleitorais, composição de governo, Câmara Municipal e cargos de livre indicação), transportes sobre pneus e no metrô, trânsito, limpeza urbana, aprovação de projetos imobiliários, habitação popular, infraestrutura viária, assistência social e grandes projetos.

3) PRODUTOS DO NAP:

Como colocado nos objetivos do NAP., pretende-se estruturar para apresentação à CAPES proposta de curso de Mestrado e Doutorado Profissionais na área da gestão pública e da governança urbana. Além disso, são esperados, para cada uma das áreas propostas, ou de forma conjunta a todas ou algumas delas, os seguintes produtos:

- Livro bianual contendo o resultado dos estudos de M&A;
- Publicação de artigos científicos dos temas abordados no projeto de pesquisa;
- Compatibilização, correção e disponibilização de bases de dados em formato digital; servidor de mapas online.
- Boletins e Policy briefings e;

4) FONTES DE RECURSO PREVISTAS:

Entre as fontes de recursos previstas está a captação de projetos de pesquisa nas agências de fomento (FAPESP, CNPq), mas também órgãos de gestão governamental demandantes de pesquisas e análises para subsidiar processos de gestão, formular e avaliar programas e políticas públicas.

Alguns projetos relacionados aos temas aqui propostos estão sendo submetidos a editais nacionais e internacionais.

Parceiros de políticas e programas da gestão municipal têm manifestado interesse em estabelecer parcerias para o desenvolvimento de pesquisas. Um projeto em fase de conclusão, com financiamento internacional, tem perspectiva de dar origem a um novo projeto, no tema do Desenvolvimento Urbano e a Criança, pela Fundação Bernard van Leer. Uma proposta de trabalho está em discussão com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em temas relacionados à primeira infância.

No âmbito da saúde pública, está se concretizando uma parceria de pesquisa com a Fiocruz, para estudos epidemiológicos, comparando bases de dados nacionais e municipais, com potencial de financiamento por editais e agências de fomento.